

**O DISPENSÁRIO EDUARDO RABELLO E O COMBATE À SÍFILIS NA PARAHYBA DO NORTE NA DÉCADA DE 1920****THE DISPENSARY EDUARDO RABELLO AND THE FIGHT AGAINST SYPHILIS IN PARAHYBA DO NORTE IN THE 1920s**Azemar dos Santos Soares Júnior<sup>1</sup>Rafael Nóbrega Araújo<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o estabelecimento de políticas públicas direcionadas para a profilaxia e o tratamento da sífilis na Paraíba, especificamente na cidade da Parahyba do Norte, ao longo da década de 1920. Com a instalação do *Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas*, chefiado pelo médico Elpídio de Almeida, muitas medidas passaram a ser adotadas no enfrentamento a essa doença na capital paraibana, visando educar higienicamente os hábitos da população com vistas a conter a incidência do mal venéreo. A documentação produzida pelo Serviço de Profilaxia, bem como nos jornais da época, releva as práticas médicas e políticas públicas utilizadas no enfrentamento a sífilis na Paraíba, enfatizando a atuação da educação sanitária e do tratamento profilático executado no Dispensário “Eduardo Rabello”.

**Palavras-chave:** Sífilis. Parahyba do Norte. Século XX.

**Abstract:** The article analyzes the establishment of public policies directed to the prophylaxis and treatment of syphilis in Paraíba, specifically in the city of Parahyba do Norte, during the 1920s. With the installation of the *Leprosy and Venereal Diseases Prophylaxis Service*, headed by doctor Elpídio de Almeida, many measures have been adopted to deal with this disease in the capital of Paraíba, aiming to hygienically educate the habits of the population in order to contain the incidence of venereal disease. The documentation produced by the Prophylaxis Service, as well as in the newspapers of the time, highlight the medical practices and public policies used in coping with syphilis in Paraíba, emphasizing the performance of health education and prophylactic treatment performed at “Eduardo Rabello” Dispensary.

**Keywords:** Syphilis. Parahyba do Norte. 20th Century.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba, mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba e Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN). Pesquisador da História da Saúde e das Doenças.

<sup>2</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG) onde desenvolve pesquisa sobre a Sífilis na Paraíba nos primeiros anos do século XX.

## Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar o estabelecimento de políticas públicas direcionadas para a profilaxia e tratamento da sífilis na Paraíba, especificamente na cidade da Parahyba do Norte<sup>3</sup>. A criação do *Departamento Nacional de Saúde Pública* (DNSP), em 1920, foi fundamental para a constituição de medidas de caráter mais efetivo no combate à essa doença. Mediante acordo firmado entre este Departamento e o governo do estado da Paraíba, foi possível instalar e manter o funcionamento do Dispensário “Eduardo Rabello”<sup>4</sup>, que fazia a profilaxia de doentes venéreos e leprosos. O referido nosocômio foi assim chamado em alusão ao sanitarista brasileiro Eduardo Rabello (1867-1940) que elaborou a proposta de uma luta antivenérea no Brasil e foi responsável por organizar e executar a campanha contra a sífilis no território nacional.

O acordo firmado pelo então presidente da Paraíba, Solon de Lucena, aliado político e chefe da oligarquia ligada ao então chefe do executivo, Epitácio Pessoa, com o serviço sanitário federal não passou despercebido pela imprensa local. O jornal *A União*, estampou na edição de em 21 de dezembro de 1921, a matéria de capa intitulada “A inauguração do dispensário anti-venereo”.

O articulista do jornal destacava a presença das autoridades públicas, em especial a figura do presidente do estado. Chamou a atenção para os discursos proferidos no ato inaugural, frisando a fala do dr. Acácio Pires, chefe do serviço sanitário federal na Paraíba, para quem tal realização devia-se “[...] aos esforços do sr. dr. Epitácio Pessoa e á s. exc. [Solon de Lucena] também, a grande iniciativa de cuidar e prestar assistência aos combatidos por moléstias multifárias” (*A União*, 21 dez. 1921).

A notícia no jornal informava sobre a inauguração do Dispensário “Eduardo Rabello”, fundado pela *Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural* mantida pelo governo federal na Paraíba, que foi instalada nesse estado em 12 de maio de 1921 mediante

---

<sup>3</sup> Para esclarecimento do (a) leitor (a), quando utilizarmos *Parahyba do Norte*, estaremos nos referindo a cidade, capital do estado homônimo, que por seu turno será grafado como *Paraíba*. Após 1930, a cidade passou a se chamar João Pessoa.

<sup>4</sup> Eduardo Rabello (1867-1940), foi um médico higienista e sifilógrafo brasileiro de prestígio acadêmico, nacional e internacional pelo trabalho desenvolvido no campo da sifilografia e dermatologia. Doutorou-se pela *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, em 1903, com a tese “Hematologia da anquilostimíase”. No cargo de Inspetor de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas do Departamento Nacional de Saúde Pública, foi o responsável por redigir a primeira legislação antivenérea do Brasil (BRASIL, 1920b; CARRARA, 1996).

contrato firmado com a União, com a vinda do dr. Acácio Pires à Paraíba. Este sanitarista, chefiou o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural no estado e foi incumbido da tarefa de organizar um plano de ação sanitária, que constava da organização e instalação de um dispensário, cujas funções deveriam dar combate às doenças venéreas na Paraíba.

O DNSP foi criado em 2 de janeiro de 1920, por força do Decreto nº 3.987 que reorganizava os serviços de Saúde Pública, no âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com o objetivo de se tornar o órgão federal mais importante da área de saúde (BRASIL, 1920a). De acordo com Iranilson Oliveira e outros autores (2012), a atuação do DNSP inaugurou uma nova etapa no desdobramento de políticas de saúde pública e saneamento no Brasil, pois sinalizava a ampliação e centralização da sua gestão por parte da regulação do governo federal.

Para executar medidas de profilaxia e higiene pública, o Decreto previa a promoção de acordos com os governos estaduais e municipais, no sentido de facilitar a consecução dos serviços de higiene, sobretudo, no combate as endemias rurais e urbanas (BRASIL, 1920a). Na Paraíba, as autoridades políticas aderiram ao acordo nacional em 13 de dezembro de 1920, ocasião em que foi celebrado o acordo entre o governo da Paraíba e o governo federal, que obrigava o estado, entre outras coisas, a prover “[...] todas as medidas necessárias à prophylaxia da lepra e das doenças venéreas” (*A União*, 26 jan. 1921).

Por seu turno, o Decreto 14.354 de 20 de setembro de 1920, que regulamentou o DNSP, criou a *Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas* (IPLDV), diretamente ligada a Diretoria Geral do referido departamento, sob a chefia do sífilógrafo Eduardo Rabello, que deveria promover políticas públicas de saúde voltadas contra a sífilis e outras doenças venéreas (BRASIL, 1920b). Assim, com base no acordo firmado entre o estado e o governo federal, o combate à sífilis na Paraíba passava a ser uma das atividades do DNSP, por intermédio do *Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas*, sob a chefia do dr. Elpídio de Almeida, muito embora as diretrizes e ações contra essa doença fossem estabelecidas minuciosamente e orientadas a nível nacional pela IPLDV.

Assim, vamos compreender os discursos, práticas médicas e políticas públicas de enfrentamento à sífilis na Paraíba, como resultado de uma época, de um espaço e de um saber científico que os produziram e legitimaram. À luz da higiene e do sanitário, os discursos e práticas médicas sobre a sífilis, sustentados pelas descobertas científicas e o

paradigma biomédico em voga, passaram a apostar na educação sanitária e no tratamento profilático dos doentes contagiantes como uma forma de combater o mal venéreo mediante a instalação de um tipo de instituição em específico, o dispensário.

Os dispensários contribuíram para a propagação de meios de profilaxia e educação sanitária, especialmente, no caso paraibano, no campo de higiene sexual e antivenérea. Desse modo, analisamos a instalação e atuação do Dispensário “Eduardo Rabello” como parte de um contexto maior em prol do saneamento, possibilitando problematizar as práticas de assistência médicas e as políticas públicas de enfrentamento à sífilis que foram institucionalizadas na Paraíba na década de 1920.

### A imprensa como fonte para uma história da saúde e das doenças na Paraíba

Os principais periódicos da imprensa que circularam na Parahyba do Norte, publicaram notícias a respeito das precárias condições sanitárias da cidade e do estado. A sífilis era um dos temas noticiados de maneira recorrente nas páginas de jornais e revistas da época, juntamente com informações sobre outras doenças de caráter epidêmico/endêmico que eram frequentes, como é o caso da varíola e do impaludismo<sup>5</sup>. O teor das publicações tinha inclinações políticas conforme o grau de articulação com o governo<sup>6</sup>. Ao todo, selecionamos doze notícias que veicularam informações sobre o serviço de profilaxia da sífilis na Paraíba, em específico no Dispensário “Eduardo Rabello”, dentro do recorte proposto, as quais elencamos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Relação de fontes consultadas para análise da atuação do Dispensário “Eduardo Rabello”

Periódico	Notícia	Publicação
<i>A União</i>	Saúde Pública: o accôrdo com o Estado da Parahyba	26 jan. 1921
<i>A União</i>	A inauguração do posto anti-venéreo	21 dez. 1921

<sup>5</sup> Publicações nas páginas da imprensa paraibana também registraram a presença de outras doenças e seus enfrentamentos. Sobre a varíola, consultar: “Acabemos com a varíola”. *A União*, Parahyba do Norte, 26 jan. 1921; “Lympha contra a varíola”. *A União*, Parahyba do Norte, 10 fev. 1925. Sobre o impaludismo, ver: “O impaludismo no interior”. *A União*, Parahyba do Norte, 05 jul. 1921; “O impaludismo nas praias”. *A União*, Parahyba do Norte, 16 out. 1921 e 28 out. 1921;

<sup>6</sup> Em periódicos paraibanos que não estavam alinhados a Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, encontramos notícias que criticaram a maneira como vinha sendo conduzida a política sanitária de saneamento e profilaxia no estado. A esse respeito, consultar as seguintes fontes: “Prophylaxia Rural”, *O Jornal*, Parahyba do Norte, 30 nov. 1923 e “Pela prophylaxia rural”, *A Imprensa*, Parahyba do Norte, 27 ju. 1925.

<i>Era Nova</i>	Comissão de Saneamento e Prophylaxia. Seus serviços na Parahyba	26 mar. 1922
<i>A União</i>	Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas: resultados estatísticos	08 abr. 1922
<i>A União</i>	Esthetica da cidade: o prédio da repartição de Hygiene	22 jun. 1922
<i>Era Nova</i>	Saneamento e Prophylaxia na Parahyba	1922
<i>Era Nova</i>	As grandes realizações do Saneamento Rural na Parahyba do Norte	01 jun. 1924
<i>A União</i>	Serviço de Saneamento Rural	07 mar. 1926
<i>A União</i>	Serviço de Saneamento Rural	20 mar. 1927
<i>A União</i>	Propaganda sanitária. Uma palestra do dr. Flávio Maroja na repartição desta folha	14 abr. 1927
<i>A União</i>	Prophylaxia e tratamento da bouba	21 nov. 1930
<i>A União</i>	Só tem doenças venéreas quem quér. Vá ao dispensário noturno anti-venereo	27 jun. 1939

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir da documentação consultada

Recolher os fragmentos sobre a passagem da sífilis na Paraíba que foram deixados em periódicos impressos, nos permitem captar o acontecimento mórbido no cotidiano dos médicos e doentes, uma vez que essas fontes se constituem como um importante testemunho sensível sobre o pretérito. Marcados pelo influxo de interesses, compromissos e paixões, como ponderou Tânia Regina de Luca (2008), os periódicos cristalizaram imagens subjetivas e, o mais das vezes, parciais sobre o cotidiano que noticiavam. Luca (2008), ao discutir a relação entre imprensa, política e censura, afirmou o papel difusor da imprensa na propaganda política favorável aos governos, chamando a atenção para as “[...] suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos do momento também podem ser apreendidos a partir de determinadas conjunturas” (LUCA, 2008, p. 130).

Não foi por coincidência que o jornal *A União* noticiou, em uma longa matéria estampada na primeira página, o já referido acordo do estado com o governo federal, publicando na íntegra os termos que constavam no contrato para a execução do serviço sanitário, bem como a matéria sobre a inauguração do dispensário antivenéreo na cidade da Parahyba do Norte. Trata-se de um periódico ainda em circulação, que foi fundado por Álvaro Machado (1892-1896), então Presidente da Província da Paraíba, em 1893. Seu objetivo era o de “[...] ser o porta-voz do Partido Republicano e apoiar a gestão do seu fundador” (ARAÚJO, 1986, p. 41). O diário era, portanto, uma ferramenta de divulgação político-ideológica do governo do estado.

Na Paraíba, conforme estudado por Silveira Vieira Araújo (2016), as relações clientelísticas de poder entre as oligarquias se constituíram enquanto um fator preponderante para o estabelecimento das políticas sanitárias. O período de 1912 a 1915, marcou a transição entre a oligarquia alvarista e a epitacista<sup>7</sup> no estado, quando após a morte de Álvaro Machado, Valfredo Leal e Eptácio Pessoa dividiram a chefia Partido Republicano Conservador. Por um acordo firmado em 1911, “[...] haviam combinado que a atuação de Valfredo ficaria restrita ao plano local, enquanto Eptácio dominaria o Partido, cabendo-lhe sempre a última palavra” (GURJÃO, 1994, p. 65).

Até 1930, todas as decisões políticas na Paraíba eram ditadas por Eptácio Pessoa, mesmo quando este chefe político estava no Rio de Janeiro ou na Europa. A partir de 1915, ano que demarcou a consolidação do epitacismo, todos os Presidentes do Estado que foram eleitos, figuravam dentro dos quadros políticos dessa oligarquia. De acordo com Eliete Gurjão (1994), o período que marcou o auge do poder desse grupo político, foi justamente durante a administração de Solon de Lucena (1920-1924) que coincidiu, e foi favorecida, com a presença de Eptácio Pessoa (1918-1922) na Presidência da República (GURJÃO, 1994).

A revista *Era Nova*, folhetim de caráter literário e noticioso que circulou no estado entre 1921 e 1925, também editado pela Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, afirmava que “A Parahyba graças ao atual govêrno da Republica, tem sido aquinhoada de benefícios que lhe vão resgatando de um longo passado de abandono em que viveu” e ao se referir aos serviços sanitários recém instalados, dentre eles o dispensário antivenéreo, considerou como “[...] inestimáveis os melhoramentos introduzidos e outros tantos em via de realização” (*Era Nova*, 26 mar. 1922).

Ambos os periódicos possuíam interesses políticos para de um lado exaltar a criação do órgão sanitário federal por Eptácio Pessoa, e de outro enaltecer as realizações desta repartição na Paraíba mediante o convênio assinado por Solon de Lucena. A presença de um paraibano na Presidência da República era muito significativa, pois representaria a expectativa em torno de novas e melhores condições de vida,

---

<sup>7</sup> De acordo com Eliete Gurjão (1994), a composição de cada facção oligárquica se definia pela coligação de parentelas, “famílias extensivas”. Sua denominação é comumente identificada ao seu líder político de maior vulto, que se configurava como chefe do partido. Desse modo, Álvaro Machado, que chefiou o Partido Republicano da Paraíba comandou a oligarquia alvarista, e Eptácio Pessoa, mais tarde, chefiou o partido que ao mesmo tempo se constituía como a oligarquia que levava o seu nome, a epitacista (GURJÃO, 1994).

melhor saúde e boa educação para a população paraibana e um maior desenvolvimento econômico e da infraestrutura urbana tão sonhados pelas elites da Paraíba. Ao menos assim queria a imprensa paraibana.

Nesse contexto, a instituição de políticas públicas para a profilaxia da sífilis na Paraíba na década de 1920 foi utilizada como um instrumento para teatralização do poder, pois na imprensa, as propagandas reforçavam “[...] a formação das aparências, ligam o destino dos homens de poder tanto à qualidade de sua imagem pública quanto às suas obras” (BALANDIER, 1982, p. 8). No entanto, além de exaltar e monumentalizar as políticas sanitárias implantadas pela situação governista, a imprensa paraibana chamava atenção para o problema da disseminação da sífilis, que figurou entre uma das doenças com maior índice de notificação nos dados referentes ao *Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural* no estado, atrás somente da ancilostomíase, paludismo, helmintoses e boubas<sup>8</sup>.

Com efeito, as reflexões suscitadas por Jacques Le Goff (1994), são imprescindíveis para lançar luz na problematização do discurso presente nestes documentos. Concordamos com Le Goff (1994), quando afirmou que todo documento é um monumento, pois o reconhecimento deste fato leva a clareza de que não há um documento objetivo, inócuo, visto que se trata de “[...] um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1994, p. 545).

Os atores sociais que estavam no centro do poder na Paraíba da década de 1920, a saber, os médicos higienistas e a oligarquia epítacista, utilizaram-se das publicações da imprensa para promover suas realizações, exaltando seus feitos no campo da saúde pública, em um contexto que se tornara premente a questão das doenças e do sanitarismo. O estabelecimento de políticas de enfrentamento a sífilis, perpassou por usos sanitários, tanto quanto, políticos. Para melhor compreender o que representou o acordo firmado entre o DNSP e o governo paraibano no que se refere à profilaxia da sífilis, passaremos a discutir agora um pouco da trajetória desta doença na Paraíba.

---

<sup>8</sup> De acordo com o Movimento Geral do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba referente ao ano de 1927 no estado, apresentado pelo dr. Walfredo Guedes Pereira, em 05 de janeiro de 1928, os doentes matriculados nos serviços sanitários foram registrados como contaminados pelas seguintes doenças: Ancilostomíase, 49.167; Paludismo, 15.616; Outras helmintoses, 7.939; Boubas, 5.731; Sífilis, 4.817 (PEREIRA, 1928). Esse universo amostral correspondia a uma época em que a população da Paraíba girava em pouco mais de 960.256 mil habitantes (BRASIL, 1927).

## A sífilis na Parahyba do Norte no final do século XIX e as primeiras décadas do século XX

Em 1911, em seu artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba* (IHGP), intitulado *Subsídio para a história da hygiene pública na Parahyba*, o historiador e a advogado paraibano Coriolano de Medeiros perfaz a trajetória da constituição de políticas de higiene e saúde pública na Paraíba e, citando o relatório do Comendador Inocêncio Poggi, o Inspetor de Higiene da Província da Paraíba em 1862, se referiu que a sífilis transbordava “[...] dessas casas de prostituição onde não há ao menos inspecção nem policial e nem médica [...]” (MEDEIROS, 1911, p. 120). Ele chamava a atenção para a execução de medidas sanitárias úteis que pudessem aliviar e curar, bem como “[...] dirigir todas as investigações para o estudo dos meios adoptados e próprios a prevenir as moléstias que affligem a população” (MEDEIROS, 1911, p. 120).

A reclamação de que nas casas de prostituição não havia inspecção “nem policial e nem médica” era condizente com a perspectiva higienista – voltadas para a implantação de medidas efetivas de controle da prostituição e da sífilis – presente em larga medida no discurso médico do período, que indicava a crescente associação entre a prostituição como causadora das doenças venéreas (ENGEL, 2004). A sífilis era um problema de grandes proporções na virada do século XIX para o início do século XX.

Na cidade da Parahyba do Norte, segundo o dr. Abdon Felinto Milanez, em relatório de 14 de julho 1884, a “syphilis é incontestavelmente uma das entidades mórbidas que maiores estragos produz, e que affecta grande parte da população” (CASTRO, 1945, p. 109). As informações referentes a incidência da doença nos nosocômios eram alarmantes. Segundo esse médico quem frequentasse os hospitais da capital paraibana, se convenceria de que “[...] dois terços dos enfermos a eles recolhidos são victimas d’essa moléstia, manifestada, ora por seus accidentes primitivos, ora pelos secundários e terciários, finalmente agravando-se numas e transformando-se em outras moléstias”. E clamava ainda à administração pública cuidados e medidas que visassem proteger dos “[...] assaltos sempre fataes á sociedade e ás gerações que se sucedem”, uma vez que a sífilis era vista como sendo “[...] um agente poderoso da degradação physica dos povos modernos” (CASTRO, 1945, p. 109).



Uma das facetas mais temíveis da sífilis era o seu caráter pretensamente hereditário. Para Sérgio Carrara (1996, p. 49-50), não há dúvidas quanto ao fato de ter sido esta a característica que mais “[...] singularizou a *sífilis* perante todas as outras doenças infecciosas”. Ao contrário das epidemias, cuja atuação aparece mais comumente de maneira aguda, fulgurante, passageira, a “sífilis se inscrevia no tempo”. A doença se inseria, como afirmou Carrara (1996), “nos espaços orgânicos mais íntimos uma história, um passado, cujo peso determinava o presente e delineava o futuro do indivíduo contaminado” (CARRARA, 1996, p. 50). Mas não se tratava de delinear somente os destinos individuais, a sífilis dizia respeito a família, a nação, a raça e a espécie, enfim, aos destinos de uma coletividade.

Era com grande júbilo que a imprensa paraibana comunicava a chegada, em 1912, na Parahyba, das recentes invenções químicas alemãs<sup>9</sup> que trariam a cura para os sífilíticos, mas claro, somente para aqueles que podiam pagar! Anualmente um afamado médico, conhecido como Anysio de Sá, filho de um respeitado comerciante da capital, de passagem pela cidade “[...] trazia entre seus apetrechos médicos o NEOSALVARSAN (“914”) e o SALVARSAN (“606”) que eram aplicados ao preço, respectivamente de 120\$000 e 60\$000. [...] e realizava exame de sangue através da *Reacção de Wassermann*<sup>10</sup> (SÁ, 1999, p. 223-224. Grifos no original). Segundo Lenilde Duarte de Sá (1999), parece que sobre o ‘914’, a última novidade científica, recaía uma aura miraculosa que supostamente garantiria aos portadores da sífilis uma cura. Nesse momento, com os caminhos abertos pelos estudos de Louis Pasteur, o misterioso “vírus sífilítico” tomava “[...] a forma visível de uma bactéria espiralada, um espiroqueta: o *Treponema pallidum*, identificado por Schaudinn em 1905” (CARRARA, 1996, p. 33).

---

<sup>9</sup> Na Alemanha, em 1909 os médicos Ehrlich e Hirata descobriam uma substância química que seria capaz de matar o *T. pallidum*. Tratava-se do *salvarsan* ou 606 que era apresentado a comunidade mundial, já bastante sensibilizada pelo perigo do terrível flagelo, na promessa de curar a sífilis. Este preparado era altamente tóxico, tendo em vista que continha arsénico. Posteriormente a mesma equipe alemã foi responsável por desenvolver uma versão menos tóxica, batizada de 914 ou *neosalvarsan*. 606 foi o número do experimento que havia produzido resultados satisfatórios, sendo escolhido de modo a imortalizá-lo. Pelas mesmas razões nomeou-se deste modo sua versão menos tóxica, o 914 (CARRARA, 1996).

<sup>10</sup> Em 1906, inaugurando a moderna sorologia, o médico alemão August Paul von Wassermann e sua equipe trouxeram a público um teste capaz de detectar alterações sanguíneas provocadas pela presença do *T. pallidum*. O teste foi recebido com muito entusiasmo pela comunidade científica internacional e, até a década de 1940, a *reação de Wassermann* foi amplamente considerado um meio eficaz para detecção da doença (CARRARA, 1996).

A historiografia paraibana já chamou atenção para os problemas sanitários, a ausência de leitos suficientes e as doenças mais frequentes no ambiente hospitalar na capital paraibana. As condições do Hospital Santa Izabel, mantido pela Santa Casa de Misericórdia, eram limitadas e não comportavam os doentes com tuberculose, sífilis, paludismo e ancilostomíase que enchiam as enfermarias do referido nosocômio. Segundo Silvera Vieira Araújo (2016), a falta de espaço para o acolhimento dos doentes levou a instituição a recusar o atendimento aos indigentes (ARAÚJO, 2016, p. 99-101).

A situação evidenciada no Relatório da *Santa Casa de Misericórdia* apresentado pelo provedor José Ferreira de Novaes, em 1921, revelava que “[...] a assistência hospitalar é resumidíssima, o que se pode inferir de um ligeiro confronto entre o numero dos assistidos ou hospitalizados, com a nossa população” (NOVAES, 1921, p. 7). Segundo dados do recenseamento de 1920, a população na cidade da Parahyba do Norte era de 52.990 habitantes (BRASIL, 1927), que concorriam para um total de cento e setenta leitos no Hospital Santa Izabel para atender doentes acometidos pelas mais diversas doenças, inclusive a sífilis.

O diagnóstico da sífilis como uma doença venérea que ameaçava a integridade da física da raça, exigia ações para o seu controle, que envolviam medidas profiláticas como um serviço sanitário específico para doentes venéreos e a educação sanitária da população paraibana com base em preceitos higienistas. Tais ações apenas eram possíveis mediante a interferência do poder público governamental.

Na Paraíba, de maneira semelhante ao que ocorreu em outros estados do Brasil, o poder público não adotou medidas eficazes que dirimissem a incidência e a mortalidade da sífilis. Na virada do século XIX para o início do século XX, sua ação ficou restrita a promulgação de leis e regulamentos sanitários. O primeiro regulamento sanitário da Paraíba foi estabelecido em 1895 e vigorou até 1911, marcando a regularização de um Serviço de Higiene Pública no estado da Paraíba.

Marcado pela precariedade, esse serviço sanitário caracterizou-se desde os seus primórdios, conforme analisado por Lenilde Duarte de Sá (1999), pelo caráter repressivo de uma polícia sanitária. Em relação a sífilis, o referido decreto, que dispunha sobre as moléstias transmissíveis que eram de notificação compulsória, não incluía a doença venérea entre elas, listando apenas: a febre amarela, cólera, peste, sarampo, escarlatina, varíola e difteria (SÁ, 1999, p. 200). Situação que não se alterou com o regulamento

sanitário de 1911. Criado mediante o Decreto n. 494 que organizou o primeiro Serviço de Higiene Pública da Parahyba do Norte, dividindo a atuação da Higiene Pública entre estadual e municipal, mas que, no entanto, concentrou suas ações no perímetro urbano da capital. Apesar de expandir o leque de doenças de notificação compulsória, incluindo a tuberculose, o tifo e a febre tifoide, continuou a excluir a sífilis (SÁ, 1999, p. 219).

Foi preciso esperar até 1921 para que fosse instalado na cidade da Parahyba do Norte um serviço dessa natureza, isto é, que realizasse a profilaxia de doentes venéreos, incluindo os sífilíticos. Aqueles que não poderiam pagar honorários aos médicos ou um leito nos serviços hospitalares mantidos pela Santa Casa de Misericórdia, sofriam com a sífilis e a falta de qualquer tipo de assistência médica, evidenciando como o fenômeno mórbido e os problemas sanitários acometiam a população, sobretudo, a mais pobre.

A chegada do serviço sanitário federal, tributário da reforma sanitária no contexto da década de 1920, representou a realização de um desejo por parte das elites letradas da Paraíba, preocupadas com o desenvolvimento econômico do estado. Neste sentido, é que passamos a discutir o contexto do movimento sanitarista brasileiro, com vistas a compreensão da organização de um serviço de profilaxia da sífilis e das doenças venéreas em todo o território nacional, mediante a criação da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas (IPLDV), que teve ressonâncias na cidade da Parahyba do Norte na década de 1920.

## **A Reforma Sanitária e o combate à sífilis na Paraíba**

O acordo firmado em 1920 entre o DNSP e o governo da Paraíba, foi fundamental para o estabelecimento de uma política pública de enfrentamento da sífilis. Este acordo, por seu turno, constituía-se como um empreendimento maior em um contexto nacional de reforma sanitária, cuja gênese remete, sobretudo, a segunda década do século XX, compreendendo a necessidade de políticas de saneamento para a formação de um Estado Nacional (CASTRO-SANTOS, 1985; LIMA; HOCHMAN, 2004;).

Segundo Nísia Lima e Gilberto Hochman (2004, p. 495), o movimento pelo saneamento dos sertões teve um papel fundamental e duradouro na construção de uma identidade nacional, partindo da identificação da doença como elemento comum que acometia a população brasileira e distintivo da condição de ser brasileiro. Apesar de

afetar populações tão distantes, as doenças transmissíveis seriam então um elemento aglutinador, que serviria para atuar com um caráter de interdependência da sociedade brasileira, transformado o sanitarismo em uma questão social, política, econômica e cultural que deveria ser encarada em todo território nacional. A criação do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920 significou uma “vitória” do movimento sanitarista (LIMA; HOCHMAN, 2004).

No que se refere especificamente à sífilis, foi criada no Rio de Janeiro a *Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas*, em 1920, que também ficaria encarregada da profilaxia do câncer, e tinha como grande objetivo o combate à sífilis. A proposta de erradicação da sífilis no Brasil, isto é, os princípios norteadores de uma “luta antivenérea”, foi elaborada pelo sanitarista “Eduardo Rabello” e seu grupo, sendo explicitada no regulamento do DNSP e surgiu em meio ao debate sobre a regulamentação ou a abolição da prostituição, que provocaram discussões acaloradas que atravessaram o século XIX e adentraram o século XX (CARRARA, 1996).

Para as autoridades médicas paraibanas, eram alarmantes a presença e o índice de contaminação da sífilis, sobretudo na Capital, “[...] onde o meretrício tanto se tem desenvolvido nestes últimos tempos” (*Era Nova*, 01 jun. 1924). Sob o ponto de vista higiênico, a prostituição era vista como um problema de saúde pública, devido a associação feita entre esses espaços como disseminadores da sífilis (ENGEL, 2004). Combater o meretrício significaria, portanto, um meio de profilaxia da sífilis. Segundo Magali Engel (2004), o âmbito médico converteu a prostituição em doença, e mesmo sendo um “perigo desconhecido que apesar de “repugnante”, “imundo”, “miserável” e “degradante”, deveria ser estudado pelo médico” (ENGEL, 2004, p. 66).

Ainda segundo Magali Engel (2004), por um lado os médicos defendiam a necessidade de regulamentação da prostituição, ao assumirem uma perspectiva normatizadora, elaborada em torno afirmação “de que a prostituição seria um mal inevitável e, portanto, não poderia ser eliminada”. A regulamentação do meretrício tinha por objetivo “converter a prostituição em espaço útil, isolando-o, restringindo-o e transformando-o em espaço higienizado” (ENGEL, 2004, p. 109). Por outro, a crítica anti-regulamentarista considerava tais medidas totalmente ineficazes no combate as doenças venéreas, consideradas também como meio de manutenção e expansão do meretrício (ENGEL, 2004, p. 122-123).

Para os regulamentaristas, o problema principal não era mudar o comportamento sexual masculino, nem recuperar as prostitutas, mas submetê-las a exames periódicos, todavia, sem propor mudanças nos comportamentos individuais, pois acreditavam que o meretrício era uma instituição sem chances de ser erradicada da sociedade. As críticas dos anti-regulamentarista ou abolicionistas, sugeriam a ineficácia da regulamentação, argumentando que muitas mulheres poderiam fugir à inscrição e aumentar o número de clandestinas, além de ser um ato imoral pois reconhecia o meretrício enquanto profissão. Por seu turno viam na educação higiênica e propaganda instrumentos privilegiados para alcançar o fim do meretrício, a contenção sexual masculina e a erradicação das doenças venéreas (CARRARA, 1996; ENGEL, 2004).

Os intensos debates travados entre regulamentaristas e abolicionistas em relação ao meio prostitucional contribuíram para estabelecer uma legislação com diretrizes para o combate às doenças venéreas, em específico, à sífilis. Conforme estudado por Sérgio Carrara (1996), a legislação que embasava a luta antivenérea no Brasil estava a meio caminho entre o abolicionismo e o regulamentarismo, isto porque por um lado defendia a restrição sexual masculina, mas apenas para aceitação da sociedade e não por moralidade. Por outro, através da educação sanitária, sustentava que seria possível disseminar uma série de medidas profiláticas, como técnicas de prevenção, pomadas e soluções desinfectantes depois das relações sexuais. Assim, “[...] a base da profilaxia proposta assentava-se sobre dois pilares: uma ampla **campanha de propaganda e educação higiênica** (individual e coletiva) e o **tratamento profilático dos doentes** (o mais generalizado possível) em dispensários e hospitais especializados” (CARRARA, 1996, p. 220. Grifos no original). Desse modo, a profilaxia da sífilis e doenças venéreas partiriam de uma mesma base sanitária “visando, de um lado, impedir o contágio através do diagnóstico precoce e do tratamento eficaz dos doentes e, de outro, proteger os indivíduos sãos, esclarecendo-os quanto aos perigos que corriam e expunham sua descendência” (CARRARA, 1996, p. 220).

Na Paraíba, o acordo foi firmado com a União em 13 de dezembro de 1920, objetivando realizar a profilaxia de combate às endemias rurais, à sífilis e às doenças venéreas, que deveria levar os serviços sanitários com a maior amplitude possível para as regiões mais afetadas endemicamente. Durante dois anos, mediante o acordo estabelecido, os serviços seriam executados exclusivamente pela Comissão de

Saneamento e Profilaxia Rural organizada pelo DNSP, sem qualquer intervenção de autoridades municipais ou estaduais. O governo da Paraíba se comprometeu, com base nos termos do acordo, a indenizar a União num prazo de dez anos, amortizando anualmente a dívida a partir de 1921 com o equivalente a importância de trinta contos de réis, bem como deveria concorrer com a razão de cento e cinquenta contos de réis por ano – que correspondia a metade da despesa com o referido serviço sanitário (*A União*, 26 jan. 1921).

A verba destinada para a execução da profilaxia da sífilis pelo Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas na Paraíba era do montante de 33:540\$000, sendo uma cota federal e outra estadual, que correspondiam ao total de 67:080\$000, distribuída anualmente (PEREIRA, 1927). O contrato estabelecido entre a União e a Paraíba foi renovado em duas ocasiões, ambas se processaram durante o governo de João Suassuna (1924-1928), aliado político do epitacismo. A primeira delas em 16 de julho de 1925, que estendeu os serviços até 31 de dezembro de 1928 (SUASSUNA, 1926), enquanto a segunda renovou, em outubro de 1928, o contrato com o DNSP por mais três anos (SUASSUNA, 1928).

A inauguração do dispensário antivenéreo na cidade da Parahyba do Norte – e o primeiro desse tipo no estado – ocorreu em 20 de dezembro de 1921, pouco mais de um ano após o acordo firmado para a execução do serviço. Evento que reuniu muitos nomes do meio médico e político local para presenciar a inauguração do Dispensário “Eduardo Rabello”.

### **Os serviços realizados no Dispensário “Eduardo Rabello”**

O prédio no qual foi instalado o dispensário, era a sede da *Directoria de Hygiene Pública*, localizado à rua General Osório (*A União*, 14 jul. 1922). Ocupando a direção do dispensário ficou o médico dermatologista Elpídio de Almeida, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1919. No ano seguinte, em 12 de fevereiro, o dispensário já fichava o primeiro doente de hanseníase (NÓBREGA, 1979).

Em relação aos aspectos estruturais, o Dispensário “Eduardo Rabello” contava com duas enfermarias e salas de esperas reservadas: uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino. As informações coletadas no jornal *A União* dão conta de que o

prédio se encontrava dotado por uma biblioteca, na qual se achavam obras referentes aos cuidados e explicações acerca dos curativos da sífilis em todas as suas manifestações, “[...] afóra variados livros para propaganda, em cujo numero se vê um opúsculo do dr. Renato Kehl sobre eugenia” (*A União*, 21 dez. 1921). Segundo a revista *Era Nova*, a instalação sanitária dava à sífilis uma “[...] rigorosa applicação com o tratamento dos doentes e as providencias locais indicadas”, em que os socorros eram “ministrados com a maior promptidão” (*Era Nova*, 26 mar. 1922).

O edifício em que funcionava o Dispensário “Eduardo Rabello”, ainda contava nas suas dependências com um laboratório “[...] com todos os aparelhos modernos para exames chimicos e microscópicos” (*Era Nova*, 26 mar. 1922), do qual se encarregava o dr. Mário Fróes de Abreu. Assim, fazia-se o uso de exames bacteriológicos e sorológicos para o esclarecimento no diagnóstico de doenças. Na condição de auxiliares do dr. Elpídio de Almeida, estavam os médicos paraibanos Adhemar e Genival Soares Londres, tidos como “duas das nossas mais brilhantes vocações medicas” (*Era Nova*, 26 mar. 1922). Além destes profissionais da área médica, o quadro de funcionários do dispensário tinha como escrevente Arnobio Vianna, a enfermeira Dona Mathilda de Rossi e os enfermeiros auxiliares João Gouvêa, Ismael Lopes, Cícero Guedes e Otávio Ribeiro (*Era Nova*, 1922).

Os discursos proferidos por médicos e políticos sobre o Dispensário “Eduardo Rabello” foram monumentalizados por meio da/na imprensa oficial, deixando premente a existência de uma intencionalidade consciente ao produzir uma significação daqueles sujeitos históricos que estavam em cena no teatro político, seja na situação governista à frente da máquina pública ou na condução de políticas de saúde e higiene pública na Paraíba, no sentido de enaltecer seus feitos e realizações. A gramática enunciada conferia significado ao documento-monumento daquilo que seria e como deveria ser lembrado pela memória coletiva.

A partir do momento que iniciou o seu atendimento, o Dispensário “Eduardo Rabello” passou a realizar serviços de assistência médica, de aplicação e distribuição de medicamentos, educação e propaganda higiênica contra a sífilis, contando também com um serviço de enfermeiras visitadoras. Os dados estatísticos referentes aos trabalhos executados pelo Serviço Antivenéreo eram regularmente divulgados pela imprensa, no sentido de propagandear as realizações e as ações sanitárias desempenhadas pelo governo estadual. Uma dessas publicações registrou, ainda que de maneira sucinta, as

atividades desenvolvidas no dispensário “Eduardo Rabello”, conforme pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 – Síntese dos trabalhos executados durante o primeiro semestre de 1922

<b>Doentes matriculados</b>	<b>1.948</b>
<i>Tiveram alta, curados</i>	142
<i>Abandonaram o tratamento</i>	156
<i>Removidos para o hospital</i>	23
<i>Transferidos</i>	8
<i>Curativos aplicados</i>	4.680
<i>Pequenas intervenções cirúrgicas</i>	50
<i>Visitas domiciliares</i>	15
<i>Injeções praticadas</i>	5.813
<i>Injeções de 914</i>	2.757
<i>Injeções de Mercúrio</i>	2.770
<i>Injeções de Iodureto de sódio</i>	105
<i>Outros</i>	181
<i>Reação de Wassermann</i>	415
<i>Positivo</i>	195
<i>Negativo</i>	220
<i>Exames de urina</i>	443
<i>Outras pesquisas</i>	248
<i>Attestados de sanidade fornecidos</i>	13
<i>Impressos distribuídos</i>	1.457
<i>Dias de serviço</i>	178

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base nos dados publicados na revista *Era Nova* (1922)

O dispensário matriculou durante o primeiro semestre de 1922 uma quantidade de 1.948 doentes diagnosticados ou suspeitos de estarem contaminados por alguma doença venérea. No entanto, os dados não discriminam a quantidade de matrículas por enfermidade, colocando sob a mesma rubrica de matriculados os indivíduos portadores de sífilis, gonorreia, blenorragia ou cancro venéreo. Em alguns outros dados publicados pela imprensa, entretanto, foram discriminadas o gênero dos doentes matriculados. Segundo dados publicados pelo jornal *A União*, entre janeiro e março de 1922, deram entrada no dispensário “376 homens, 199 mulheres e duas crianças” (*A União*, 08 abr. 1922).

O Quadro 1 permite observar, dentre outras coisas, as práticas terapêuticas desenvolvidas no espaço do dispensário, tendo registrado a quantidade de 5.813 injeções, sendo as mais utilizadas as de neosalvarsan (2.757), mercúrio (2.770), iodureto de sódio (105) e outras (181). Com relação aos serviços realizados no Dispensário “Eduardo Rabello”, a revista *Era Nova* informou que:



[...] nos dispensários os indivíduos matriculados depois do exame clínico, são submetidos a um tratamento completo, obtendo quase sempre uma melhora sensível e a cura de lesões de várias naturezas. O tratamento dos syphiliticos do dispensário não se limita somente ao emprego de uma ou outra série de preparados arsenicaes, de bismutho ou mercúrio: vae mais além até o reestabelecimento do doente assegurado pelo médico e pela Warsserman (*Era Nova*, 01 jun. 1924).

No “Eduardo Rabello”, eram oferecidos serviços de profilaxia e tratamento da sífilis e outras doenças venéreas. O doente atendido e com diagnóstico confirmado para sífilis ou outras doenças venéreas, seria acompanhado sistematicamente pelo médico do dispensário. A base da assistência médica consistia na aplicação de medicamentos, bem como realizavam ainda o diagnóstico sorológico pela reação de Wasserman, pois contava com um laboratório para análises clínicas.

O processo de cura profilática, como traz o documento supracitado, consistia na cicatrização das lesões contagiantes da doença, sobretudo com o uso de preparados arsenicais. Contudo, como frisou Sérgio Carrara (1996), as aplicações de longas séries de injeções intravenosas no decorrer de vários anos no tratamento feito com os medicamentos arsenicais nem sempre curava, muito embora fizesse com que as lesões contagiantes cicatrizassem rapidamente. Por este motivo, logo se “imprimiu ao arsênico e, depois dele, ao bismuto um valor mais profilático do que terapêutico” (CARRARA, 1996, p. 34).

Deve-se, no entanto, questionar até que ponto se tratava de um tratamento de fato completo, tendo em vista que de acordo com os dados apresentados para os primeiros 178 dias de trabalho no “Eduardo Rabello”, foi registrado um número maior de abandonos ao tratamento (156) do que doentes efetivamente curados (142). Além disso, faz-se necessário relativizar o diagnóstico de cura oferecido pelo dispensário, uma vez que o teste sorológico pela reação de Wasserman nem sempre era certo no resultado, oferecendo margem para falsos-positivos (CARRARA, 1996, p. 36).

Em casos como o de abandono do tratamento, ocorria assistência médica e distribuição de medicamentos, folhetos educativos e conselhos de educação higiênica mediante as visitas domiciliares realizadas por enfermeiras visitadoras. Como era previsto no Art. 500 do regulamento sanitário estabelecido pelo DNSP, tais visitas domiciliares deveriam ser feitas por médicos ou enfermeiras, na tentativa de dissuadir os doentes ou *suspeitos* de estarem enfermos e induzi-los a procurar os hospitais ou

dispensários para fazer o tratamento (BRASIL, 1920b). Nas quinze visitas realizadas ao longo do período observado no Quadro 2, é bem possível que a senhorinha Mathilda de Rossi tivesse subido e descido por algumas vezes as ladeiras que conduziam a cidade alta à cidade baixa<sup>11</sup> trajando suas vestes brancas, com um chapéu de feltro branco e levando consigo uma maletinha com fichas, medicamentos e folhetos educativos para distribuir entre os doentes venéreos da Parahyba do Norte.

Além destes serviços, a educação sanitária deveria ocorrer mediante a distribuição de folhetos educativos a fim de tornar de conhecimento público “não só os inconvenientes individuais e sociais daquelas doenças como também os meios próprios de as prevenir e curar” (BRASIL, 1920b, Art. 526). O modelo de assistência adotado no Dispensário “Eduardo Rabello”, portanto, seguia as determinações estabelecidas pelo regulamento sanitário do DNSP, o que pode ser observado mediante as orientações fixadas no documento normativo e os serviços de assistência médica oferecidos pelo dispensário.

Entre as bases previstas para a execução desse plano se estabelecia a realização de conferências, exposições e distribuição de folhetos que deveriam alertar para os perigos que levavam as doenças venéreas, bem com os meios de evitá-las. No que se refere aos folhetos distribuídos, com base no Quadro 2, temos um total de 1.457 folhetos educativos impressos. Já em relação as conferências e palestras, estas ficavam a cargo do Serviço de Propaganda Sanitária, chefiado do dr. Flávio Maroja, que se encarregava de realizar palestras sobre higiene em diversos estabelecimentos públicos e privados como escolas e fábricas. Na tarde do dia 13 de abril de 1927, o referido higienista realizou numa das salas da redação do jornal *A União* uma de suas palestras científicas, abordando sobre o tema da sífilis, suas consequências e sua profilaxia. Assistiram a palestra do médico, além dos redatores e funcionários da administração do periódico *A União*, “[...] todos os operários que no momento se encontravam em serviço” (*A União*, 14 jul. 1927).

---

<sup>11</sup> Especialmente falando, a distribuição da cidade da Parahyba do Norte se dava entre o Varadouro ou Cidade Baixa, construída na Planície Fluvial às margens do Rio Sanhauá e a Cidade Alta, edificada em um terreno sinuoso de Baixo Planalto Costeiro, faceando a margem leste do citado rio. Na Cidade Baixa ficavam localizados os botecos, mercados, alfândegas e prostíbulos, território, portanto, de consumo, local onde o setor econômico era apurado. Já no alto da colina, localizavam-se edifícios religiosos, administrativos e as principais residências. A distribuição espacial da cidade, acabou por influenciar a divisão das funções sociais de cada uma destas partes.

Na Paraíba, ainda foram construídos mais quatro dispensários antivenéreos<sup>12</sup>, que em 1925 encontravam-se em pleno funcionamento. Ao defrontar outros dados estatísticos referentes ao movimento dos trabalhos realizados pelo *Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas* na Paraíba, presentes nos relatórios do diretor-chefe da Profilaxia Rural no estado, o dr. Walfredo Guedes Pereira, para os anos de 1925, 1926 e 1927, percebemos uma curva ascendente no número relativo aos doentes matriculados, bem como a quantidade de medicação ministrada nos dispensários antivenéreos no estado, o que reflete a expansão e a interiorização dos serviços de profilaxia da sífilis e doenças venéreas. Conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 3 – Movimento geral dos serviços executados pelo Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas no Estado da Paraíba no período de 1925 a 1927

Serviços executados	1925	1926	1927
<i>Sífilis</i>	-	3.093	4.852
<i>Outras doenças venéreas</i>	-	912	1.508
<i>Lepra</i>	-	4	17
<i>Doentes matriculados</i>	903	4.009	6.377
<i>Injeções arsenicais</i>	577	9.948	17.907
<i>Injeções mercuriais</i>	5.248	27.883	31.368
<i>Injeções bismutadas</i>	-	1.782	1.719
<i>Injeções ioduradas</i>	615	101	458

Fonte: Pereira (1926, 1927, 1928)

Ao longo do período observado, verifica-se o funcionamento regular do Dispensário “Eduardo Rabello”, bem como a expansão da atuação do Serviço de Saneamento e Profilaxia da Lepra e Doenças no estado da Paraíba diante do aumento no número de dispensários antivenéreos. Entre os anos de 1925 e 1927, houve não somente o aumento no número de doentes, representando uma média de 3.763 matrículas anualmente, o que equivale a um crescimento de 600% nas matrículas de 1925 em relação a 1927, como também na quantidade de medicação com destaque para as

<sup>12</sup> Com base nos dados levantados pela pesquisa, na Paraíba foram instalados quatro postos antivenéreos na capital e no interior, visando conferir a profilaxia para a sífilis e doenças venéreas. O *Dispensário Eduardo Rabello*, na cidade Parahyba do Norte (20/12/1921); o *Dispensário Silva Araújo* em Cabedelo (29/09/1923); o *Dispensário Leitão da Cunha* em Campina Grande (16/12/1923) e o *Dispensário Antivenéreo* de Mamanguape (15/09/1924).

injeções arsenicais com um incremento de mais de 3000% de 1925 a 1927, perdendo para o mercúrio que continuou a ser amplamente utilizado na terapêutica da sífilis e doenças venéreas. Ao todo, temos que 14.289 doentes foram matriculados nos serviços sanitários oferecidos pela profilaxia venérea na Paraíba entre 1925 e 1927.

## **Considerações finais**

O Dispensário “Eduardo Rabello” cumpriu até pelo menos a década de 1930 seu objetivo de articular a luta contra a sífilis e doenças venéreas na Paraíba, representando a institucionalização de políticas de saúde pública. Como visto, a sífilis emergiu como um problema sanitário ainda no século XIX, quando os médicos inspetores de higiene atestavam o quadro nosológico e a ausência de condições sanitárias adequadas para dar combate a esta moléstia. Os doentes venéreos que tinham necessidade de tratamento, procuravam pelo Hospital Santa Izabel, pela Santa Casa de Misericórdia, ou ainda um clínico especializado quando podiam pagar, mas estavam longe de dar conta de uma profilaxia e tratamento adequado a estes enfermos que se amontoavam em leitos junto com doentes das mais diversas doenças transmissíveis.

O Dr. Newton Lacerda chegou a criticar o serviço de profilaxia antivenérea que era realizado na Paraíba, afirmando que a saúde da população de João Pessoa era constantemente agredida pela sífilis e demais doenças venéreas. Isto porque no entendimento deste médico, relativo a profilaxia das doenças venéreas o que se executava era insuficiente, dispendioso e considerado pouco científico. Assim, ainda de acordo com esse esculápio, de pouco valia no combate às doenças venéreas a profilaxia medicamentosa, tendo em vista que considerava ser feita isoladamente, sem extinção dos focos de infecção e sem medidas para evitar o contágio da doença. Noutras palavras, a orientação do médico Newton Lacerda era a de combater a prostituição e investir em educação sanitária informando a população sobre a necessidade de prevenção.

As ações desenvolvidas no Dispensário, apesar de buscarem tratar aspectos relevantes direcionados para o estabelecimento de políticas públicas para o enfrentamento da sífilis, parece não ter conseguido reduzir a alta incidência da sífilis na cidade da Parahyba do Norte, agora, João Pessoa. Em 1934, as atividades da IPLDV se encerraram a nível nacional, mas a Paraíba manteve funcionando o Dispensário

“Eduardo Rabello”, reorganizando o serviço antivenéreo para funcionar a noite, de modo a atender os trabalhadores com jornada de trabalho diurna. Agora, não havia mais escusas para se negar a fazer o tratamento contra a sífilis, pois segundo o anunciava pelo dispensário “só tem doenças venéreas quem quer” (*A União*, 27 jun. 1939). Mas essa já é uma outra história.

## Referências

A INAUGURAÇÃO... A inauguração do posto anti-venéreo. *A União*, Parahyba do Norte, 21 dez. 1921.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, imprensa e vida*. João Pessoa: A União, 1983.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. *Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)*. Recife, 2016. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco.

AS GRANDES... As grandes realizações do Saneamento Rural na Parahyba do Norte. *Era Nova*, Parahyba do Norte, ano 4, n. 57, 01 jun. 1924.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Tradução Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BRASIL. Decreto n. 14.354, de 15 de setembro de 1920. Approva o regulamento para o Departamento Nacional de Saúde Pública, em substituição ao que acompanhou o decreto 11.189, de 26 de maio de 1920. *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, anno LIX, 32 da República, n. 215, quinta-feira, 16 set. 1920b.

BRASIL. Decreto n. 3.987, de 2 de janeiro de 1920. Reorganiza os serviços da Saúde Pública. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, seção 1, 08 jan. 1920a, p. 437.

BRASIL. Recenseamento do Brazil. *Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio*. Directoria Geral de Estatística. Realizado em 1 set. 1920. v. 5. Rio de Janeiro: Typ. Estatística, 1927.

CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

CASTRO-SANTOS, Luiz Antonio de. “O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade”. In: *Dados*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

COMISSÃO... Comissão de Saneamento e Prophylaxia. Seus serviços na Parahyba. *Era Nova*, Parahyba do Norte, ano 2, n. 23, 26 mar. 1922.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESTHETICA... Esthetica da cidade: o prédio da repartição de Hygiene. *A União*, Parahyba do Norte, 22 jun. 1922.

FERREIRA, Luiz Otávio. Modernizar a gestão da pobreza cuidando da saúde e da doença. In: SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. BATISTA, Ricardo dos Santos. (Orgs.). *História e saúde: políticas, assistência, doenças e instituições na Bahia*. Salvador: Eduneb, 2018.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. *Morte e vida das Oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994.

LIMA, Nísia Trindade. HOCHMAN, Gilberto. “Pouca Saúde e muita Saúva”: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais In: HOCHMAN, Gilberto. ARMUS, Diego. (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MEDEIROS, Coriolano. Subsídios para a história da hygiene pública na Parahyba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 03, p. 117-121, 1911.

NOBREGA, Humberto. *As raízes da ciência da saúde na Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1979.

NOVAES, José Ferreira de. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia apresentado à mesa Conjuncta, na sessão solenne pelo provedor José Ferreira de Novaes*. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 2 jul. 1921.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Et al. A ordem antes do progresso: o discursos médico-higienista e a educação dos corpos no Brasil do início do século XX. In: *Fênix*. Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v. 9, p. 1-15, 2012.

PEREIRA, Walfredo Guedes. *Boletim dos trabalhos executados em dezembro de 1927 pelo Serviço de Saneamento Rural no Estado da Paraíba*. Caixa 018, v. 596. FUNESC. Parahyba do Norte, 5 de janeiro de 1928.

PEREIRA, Walfredo. *Relatório apresentado pelo dr. Walfredo Guedes Pereira, chefe do Serviço de Saneamento Rural da Paraíba ao dr. Lafayette de Freitas, diretor do Serviço de Saneamento Rural, correspondente ao ano de 1926*. Serviço de Saneamento Rural. *A União* Parahyba do Norte, 20 mar. 1927.

PEREIRA, Walfredo Guedes. *Resumo do relatório apresentado à diretoria do Departamento Nacional de Saúde Pública pelo dr. Walfredo Guedes Pereira, chefe do Serviço de Saneamento Rural da Paraíba, correspondente ao ano de 1925*. Serviço de Saneamento Rural *A União*. Parahyba do Norte, 7 mar. 1926.

PROPAGANDA... Propaganda sanitária. Uma palestra do dr. Flávio Maroja na repartição desta folha. *A União*, Parahyba do Norte, 14 abr. 1927.

PROPHYLAXIA... Prophylaxia e tratamento da bouba. *A União*, João Pessoa, 21 nov. 1930.

SÁ, Lenilde Duarte. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios*. O Serviço de Hygiene Pública, 1895 a 1918. Ribeirão Preto, 1999, 291 p. Tese (Doutorado em Enfermagem), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

SANEAMENTO... Saneamento e Prophylaxia na Parahyba. *Era Nova*, Parahyba do Norte: Offical, Edição especial do Centenário, 1922.

SÁUDE... Saúde Pública: o accôrdo com o Estado da Parahyba. *A União*, Parahyba do Norte, 26 jan. 1921.

SERVIÇO... Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas: resultados estatísticos. *A União*, Parahyba do Norte, 08 abr. 1922.

SILVA, Maria Elisa Nunes Lemos da. O Dispensário Ramiro de Azevedo e a constituição de políticas de enfrentamento a tuberculose na Bahia na década de 1920. In: SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. BATISTA, Ricardo dos Santos. (Orgs.). *História e saúde: políticas, assistência, doenças e instituições na Bahia*. Salvador: Eduneb, 2018.

SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. BATISTA, Ricardo dos Santos. (Orgs.). *História e saúde: políticas, assistência, doenças e instituições na Bahia*. Salvador: Eduneb, 2018.

SÓ TEM... Só tem doenças venéreas quem quér. Vá ao dispensário noturno anti-venereo. *A União*, João Pessoa, 27 jun. 1939.

SUASSUNA, João. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba pelo Presidente da Paraíba João Suassuna*. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1926.

SUASSUNA, João. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba pelo Presidente da Paraíba João Suassuna*. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1928.

Enviado em: 13.10.2019

Aceito em: 25.11.2019